

A APROPRIAÇÃO DO CONCEITO DE POLITECNIA A ONILATERALIDADE EM MARX PELA CLASSE BURGUESA INDUSTRIAL DO CEARÁ E A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA PARA O LABOR

M. B. P. M.

Doutoranda em Educação Brasileira – UFC, bolsista Cnpq –

mail: mbmaia2007@yahoo.com.br

Cooautor - R. J. de P. A.

Doutorando em Educação Brasileira – UFC;

e-mail: albuca@fortalnet.com.br

RESUMO

O escopo deste artigo é refletir sobre o conceito de onilateralidade e politecnia em Marx e sua apropriação pela classe burguesa industrial do Ceará como ferramenta propulsora da formação da classe trabalhadora da indústria. É nosso propósito em primeiro momento retratar historicamente o movimento de consolidação da classe burguesa industrial no Estado, depois articular essa estrutura com a necessidade de formação da classe trabalhadora da indústria e finalizar com a apropriação indevida por parte dessa classe burguesa de conceitos eminentemente marxistas. O quadro teórico apóia-se no materialismo histórico-dialético, caracterizado pela tentativa de entendimento do objeto de pesquisa a partir da superação entre sujeito e objeto no âmbito das relações contraditórias da luta de classes. No campo histórico fundamentamo-nos no pensamento de Geraldo Nobre (2001) para entender as transformações econômicas ocorridas no Ceará nos anos de 1980. Para compreender as transformações a partir da consolidação da classe burguesa industrial usamos Farias (2002) e Bruno (2002). Em suma podemos concluir que a consolidação da classe burguesa industrial no Ceará trouxe conseqüências não só no campo econômico, mas fundamentalmente uma mudança no campo ideológico da educação da classe trabalhadora da indústria.

Palavras Chave: Burguesia Industrial, Reestruturação Produtiva, Politecnia, Onilateralidade e Educação do Trabalhador

RESUME

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el concepto de onilateralidade y politecnia de Marx y la apropiación por clase burguesa de propulsión industrial Ceará como una herramienta de formación de la clase obrera industria. Es nuestro propósito em el primer tiempo retratar historicamente la consolidación de la clase burguesa industrial em el Estado, trás expresar esta estructura com la formacion de la classe trabajadora de la industria y concluir la apropiación indevida por la classe burguesa eminentemente marxista. El marco teórico apoyar-en-materialismo dialético, caracterizada por el intento de comprensión de la investigación objeto de superar entre sujeto e objeto em el marco de relaciones conflictivas de la lucha de clases. Em el histórico campo fundamentamo-no em el pensamiento de Geraldo Nobre (2001) para comprender los câmbios econômicos ocurridos em Ceará, em 1980. Para comprender los câmbios de la consolidación de la classe burguesa uso industrial Farias (2002) y Bruno (2002). Em pocas palabras podemos concluir que la consolidación de la classe burguesa industrial em Ceará traído consecuencias no solo em materia econômica, pero fund

Palabras Clave: Burguesia Industrial, Reestructuracioan Productiva, Onilateralidade, Politecnia, La educación del trabajador

[...] E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignomínia crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um homem rico.

Almeida Garet

1. Introdução

O escopo deste artigo é refletir sobre o conceito de onilateralidade e politecnia em Marx e sua apropriação pela classe burguesa industrial do Ceará como ferramenta propulsora da formação da classe trabalhadora da indústria. É nosso propósito em primeiro momento retratar historicamente o movimento de consolidação da classe burguesa industrial no Estado, depois articular essa estrutura com a necessidade de formação da classe trabalhadora da indústria e finalizar com a apropriação indevida por parte dessa classe burguesa de conceitos eminentemente marxistas.

Historicamente, o processo de consolidação da classe burguesa industrial no Ceará tem sua gestação oriunda da década de 1960 com a eleição de Virgílio Távora para governador. Apesar de Virgílio ser considerado como representante da política dos coronéis carregava em seu plano de governo os primeiros indícios de uma “dinâmica de modernização da economia e da máquina administrativa”, a hipótese é que o governo de Virgílio Távora, dentre outras situações econômicas pode ser considerado como o início da construção das bases de uma classe burguesa industrial no Ceará. No entender de Carvalho a campanha de Virgílio tinha a idéia de “planejar ações administrativas com pretensões desenvolvimentistas”, tendo por base mudar o perfil econômico do Ceará para uma economia predominantemente industrial. (2002, p. 19).

Parente em pesquisa sobre esse período da história cearense, pontua que:

A situação de Virgílio Távora à frente do governo do estado foi decisiva para a aceleração do Ceará na rota do III Pólo Industrial no Nordeste, que se consolidara apenas na sua volta ao governo em 1979, indicado por Geisel. Távora plantou, naquele primeiro momento – 1962/66 -, as bases desse processo que culminara numa industrialização mais intensa. (2000, p. 120)

Para consolidar essa base industrial Virgílio Távora concretiza sua obra estrutural e traz para o Ceará a energia elétrica de Paulo Afonso (condição principal para criação de qualquer indústria), cria o Banco do Estado do Ceará (BEC), amplia o Porto do Mucuripe e instala o Pólo industrial de Maracanaú. Além dessa estrutura consegue via Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a antiga SUDENE alguns projetos no âmbito privado a

atuação de empresas como o Grupo Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado e Artex. De certa forma estavam consolidadas as bases industriais no território alencarino. (FARIAS 2002). Apesar do governo ter trazido um novo horizonte para a economia cearense, alguns historiadores como Nobre (2000), Abu Jadaut (2002) e Arruda (2002) ressaltam que ocorreu o processo de “modernização conservador”

Achamos relevante abrir espaço para explicar um pouco o processo de modernização conservadora fenômeno que ocorreu no Ceará, porque advogamos que a construção do processo da Burguesia Industrial do Estado, tem início não na “Era Jereissati” como muitos historiadores da terra querem ressaltar, mas e de forma efetiva esse se inicia com a entrada de Virgílio Távora ao Poder. A saber:

Segundo Behering o conceito de “modernização conservadora” tem sua origem em “... Moore Jr. (1983), e foi largamente utilizado para caracterizar no processo de transição para o capitalismo” (1983, p. 107). Partindo desse conceito, demarcamos os processos sócio-políticos e econômicos relativos à expansão do capitalismo no período mais recente da história cearense, com enorme impulso para a industrialização, a agropecuária e o setor de serviços, mas conservando o caráter concentrador de renda e de propriedade que tornam essa sociedade extremamente desigual.

Partindo desse processo de modernização, nos finais da década de 1970 surge no Ceará uma nova geração de empresários com um perfil diferenciado dos antigos donos de fábricas que a política cearense estava acostumada. Segundo Farias, constituía-se de um grupo jovem entre 35 e 45 anos, “com maior embasamento teórico e técnico, e uma concepção diferente da realidade. Sabiam, estudavam o que era capitalismo, o que é uma sociedade capitalista e qual deve ser o comportamento dos capitalistas” (2002, p. 09). A proposta central era que esse grupo governasse o Ceará e rompesse com as antigas bases coronelistas do Estado que já vinha por muitos anos. Afinal Tasso representava o projeto político burguês para o Ceará.

Em meados dos anos de 1980 um jovem representante da elite empresarial do Ceará e recém saído da diretoria do Centro Industrial do Ceará (CIC) assume o governo do Estado. Tasso Ribeiro Jereissatiⁱ governou o Ceará em três mandatos específicos, o primeiro dos anos de 1987-1990, o segundo de 1995-1998 e o terceiro de 1999-2002. No campo político, a bandeira levantada para o governo tinha como slogan “O governo das mudanças”ⁱⁱ, que, basicamente, revelava como intenção, estabelecer através de uma reforma político-administrativa do Estado novas condições para se criar um nível de desenvolvimento local, onde o Ceará se modernizasse e tornasse competitivo no mercado mundial.

Em seu primeiro mandato (1987-1991), Tasso fortalece o campo político neoliberal através de parcerias com outros representantes da burguesia industrial cearense, especificamente de órgãos como a Federação da Indústria do Estado do Ceará (FIEC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro Industrial do Ceará (CIC). Esse fortalecimento das bases empresariais em conjunto com ações oriundas do Plano das Mudanças (1987) faz com que o Ceará se torne o Estado com maior disponibilidade em receber o ramo industrial. Para que isso ocorresse, foi implantado alterações na estrutura burocrática do Estado, amparadas por estratégias maiores do governo Federal. Além disso, alterou as relações com diferentes setores da sociedade.

Para tal alteração na estrutura governamental, o governo propõe maior racionalidade à máquina burocrática, situação essa que levou a redução de funcionários públicos que compunham a administração estadual, a terceirização de serviços, o estímulo ao afastamento e as demissões voluntárias, a contenção salarial, além da diminuição dos custos de órgãos do Estado. Esse processo conduz o Estado do Ceará para entrada no contemporâneo mercado capitalista.

Nobre (2008) aponta que, nessa época, o governo passa a promover uma agressiva campanha publicitária ressaltando suas conquistas em termos de ajuste fiscal e equilíbrio de contas públicas, e, principalmente, oferecendo imensos incentivos fiscais para atrair novos investidores. Em vista dessa campanha, Farias (1997) comenta que, nessa época, instalou-se no Ceará em torno de 454 empresas industriaisⁱⁱⁱ, principalmente nos ramos metal mecânico, calçadista, têxtil, de confecções e eletro-eletrônicos. A corrida para a instalação de empresas nacionais e estrangeiras que chegaram ao Ceará na década de 1990 vai paulatinamente exigindo um perfil diferenciado da força de trabalho operária, além de produzir uma mudança no discurso empresarial com relação ao investimento na educação do trabalhador.

De forma concreta, o Programa Neoliberal do governo Tasso estava imposto ao Ceará. As empresas tinham cada vez mais espaço no território cearense principalmente na Região Metropolitana do Estado, a classe burguesa industrial agora tinha domínio não só do setor da economia, mas também do setor político situação que sempre foi desejosa pela classe. Essa fase constituída pela entrada da burguesia empresarial cearense transforma não só o cenário político, mas o cenário social cearense.

Farias (2002), expressa que o segundo e o terceiro mandato de Tasso serve para consolidar sua forma de governar não só em nível estadual, mas em nível federal apoiado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso que assumiu a condução do país com uma política neoliberal severa. Tasso com “os germes dessa proposta privatiza a TELECEARA

(comprada pelo grupo nacional TELEMAR) e a Coelce (que passou para um consórcio de chilenos, espanhóis e portugueses)”. (2002, p. 22)

Ainda que existam pontos a serem aprofundados quanto à efervescência industrial produzida pelo governo de Tasso Jereissati para contemplar os objetivos desse trabalho, o foco é o processo de apropriação por parte da classe burguesa industrial sobre a qualificação da classe trabalhadora das indústrias no Ceará, que, a partir dos anos de 1990, com a consolidação dessa burguesia industrial muda de perfil por completo. Veremos a seguir o discurso da qualificação para esses trabalhadores e a apropriação de uma retórica falaciosa de construção de um “novo trabalhador” e, por conseguinte, “um novo homem” para a sociedade local.

2. A retórica da classe burguesa industrial cearense: a apropriação do discurso da politecnicidade e unilateralidade

O discurso apregoado pela classe burguesa industrial cearense no que se refere ao processo de formação da classe trabalhadora entre os finais dos anos de 1980 e os anos de 1990 sofre uma mudança vertiginosa na sua concepção ideológica. O que não era de interesse dos industriais passa a ser condição *sine qua non* para sua existência. Escolarizar o trabalhador passa a ser a retórica propalada pela burguesia industrial. Nesse cenário corroboramos com Carvalho quando chama atenção para o fato que “o sistema educacional, [...] é o elemento central para a inserção e permanência das empresas em um mercado mundialmente competitivo. (1999, p. 55).

As palavras de ordem no campo empresarial, no que se refere à formação do trabalhador passam a ser a de preparar o homem em todas suas potencialidades. Para os industriais o trabalhador do chão da fábrica deverá apresentar o perfil exigido pelo mercado e à medida que essas exigências se modificam, ou se ampliam a sua qualificação deverá acompanhar os quadros de mudanças, e ajustar-se no tempo certo para ser produtivo. Dessa forma o conceito de politecnicidade na visão burguesa é englobado pelos espaços do capital como uma ilusão sustentada pelo discurso neoliberal de qualificação e ascensão social. Ou seja, a proposta de politecnicidade para os trabalhadores recai apenas na obrigatoriedade instrumentalizadora para postos de trabalho.

Em contra ponto, essa percepção nos parece que infringe a noção clássica de politecnicidade conduzida por conceitos marxianos, que trazem a tona a percepção de politecnicidade não como um processo isolado da formação do trabalhador, ou como apenas a apropriação de técnicas diversas. O que a nosso ver o empresariado não se dá conta é que a raiz do conceito de politecnicidade abrange a formação geral desse trabalhador. Segundo o professor Demerval Savianni, em seu livro publicado em 1989 **“Sobre a Concepção de Politecnicidade”**, explicita que *“a noção de politecnicidade deriva basicamente da problemática do trabalho... o conceito e o fato do trabalho como princípio educativo geral”*. E continua: *“a noção de politecnicidade se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”* (1989, p. 13)

Todavia, em debate através de artigo chamado **“Politecnicidade e Onilateralidade em Marx”** Sousa Junior (1997), discute que esses dois conceitos *“aparecem e se articulam dentro da obra marxiana, debatendo com as interpretações que atribuem à politecnicidade um exagerado sentido redentor, e debatendo com as interpretações que não reconhecem na onilateralidade seu caráter totalizante, enquanto formação humana superior, possível apenas em relações sociais não-estranhadas”* (1997, p.02).

Em primeiro momento gostaríamos de retomar o *“exagerado sentido redentor”*, que é atribuído ao termo politecnicidade, como salienta Sousa Junior em seu artigo. Compreendemos que nos finais da década de 1980 e os anos de 1990 com avançar do processo de reestruturação produtiva, o referido termo foi se incorporando na área trabalho e educação para atender um novo momento ideológico da concepção trabalho e educação. Encharcado do sentido de resgate da lucratividade capitalista, o termo adentrou os espaços das fábricas, e o operariado tornou-se logo um homem politécnico que na sua forma multifacetada de aprender os modos de operar a máquina, estava posto a concepção burguesa de politecnicidade.

Porém, no pensamento marxista a educação politécnica não é uma situação estranhada do próprio capitalismo e nem um modismo, muito pelo contrário, Sousa Junior expõe que:

A politecnicidade, em certa medida, é uma questão colocada pela própria produção capitalista, pela grande indústria, pois esta, ao contrário do processo de trabalho da manufatura, exige que o trabalhador possua determinadas aptidões que lhe possibilitem atuar diversamente nos diferentes ramos de produção atendendo assim as exigências do movimento de valorização do capital, o qual, para expandir-se precisa carregar consigo força de trabalho disponível. (1997, p. 04)

Parece-nos que o entrave do pensamento a respeito do processo politécnico do trabalho, está exatamente voltado ao fato de como esse processo degrada o próprio homem na sua dimensão de concepção do trabalho. Sousa Junior, ressalta que na crítica marxista ele “condena não só a concepção de educação politécnica - “formação no maior número possível de atividades industriais”- dos economistas filantropos, mas a própria redução em geral dos trabalhadores a uma mera formação técnica diversificada” (1997, p. 05).

Para Marx o ensino politécnico se constitui em um processo que os trabalhadores passem a dominar a base científica da teoria e da prática do processo produtivo. De certa forma, não é só apenas um processo unilateral do trabalhador em exercer uma determinada atividade repetitiva, mas pelo contrário tem como principal função a de “atuar contra a alienação da atividade do trabalho” (SOUSA JUNIOR 1997). Partindo desse pressuposto, compreender a politecnicidade sob o viés do pensamento marxiano não se coaduna com a retórica propalada pela burguesia industrial nas terras alencarinhas. Esse corpo hegemônico que tomou forma nos finais da década de 1980, nos anos de 1990 até os dias atuais no Ceará se apropria de conceitos clássicos como o processo de politecnicidade e onilateralidade para conduzir o sistema capitalista. Porém, “a politecnicidade, portanto, está longe de formar o homem onilateral, pois ela está ligada a uma etapa da sociedade humana em que está dada a impossibilidade do surgimento e da existência de um homem amplamente desenvolvido” (Sousa Junior 1997, p. 06).

No afã de produzir trabalhadores bem ajustados ao sistema, a classe burguesa industrial apodera-se de um discurso intelectualizado para tal fim. Nesse sentido outro conceito que erroneamente é usado pela burguesia industrial como forma de discutir o investimento na classe trabalhadora, é o desenvolvimento no processo de onilateralidade do trabalhador. O industrial usa a palavra em sua etimologia para dizer que investe na formação completa do homem. Para legitimar esse fato em meados dos anos de 1990 até o momento atual, ocorre um fenômeno expressivo, as empresas têm mudado seu espaço físico como forma de convencimento do investimento na formação humana do trabalhador.

Os espaços industriais não são mais restritos a galpões comportando o maquinário pesado. A indústria transformou-se em um apêndice do lar do trabalhador, comportam espaços de convivência, refeitórios bem arejados, bibliotecas, salas para cursos de diversas áreas e em algumas até um espaço cultural tendo como referência um teatro. O conceito de onilateralidade que a burguesia usa como forma de legitimar o investimento na formação

integral do homem, em nossa percepção dilui os conflitos resultantes da relação capital/trabalho e se constitui em uma nova estratégia de negócios.

O que nos faz trazer uma reflexão sobre o tema, é a apropriação de um conceito que historicamente construído sendo usado pela classe burguesa com o intuito de reverberar os princípios do sistema capitalista. Insistimos em chamar atenção aqui para o uso desapropriado do conceito marxista da formação onilateral. Segundo Sousa Junior,

o conceito diz respeito a uma formação completa do homem, que depende da ruptura com a sociabilidade burguesa; com a correspondente divisão do trabalho, com as relações que têm como fundamento a posse do valor-de-troca; com o antagonismo de classes, com a alienação, enfim (1997, p. 06)

Em vista disso, não são suficientes as mudanças no processo de formação do trabalhador e nem nos espaços que os mesmos interagem, porque essas ações não fazem frente ao processo de exploração e alienação do homem que vive do trabalho. Pensamos aqui na discussão que Tonet sugere sobre o processo de **Emancipação Humana**, que na sua compreensão se configura como, “a autêntica liberdade humana, contudo, a possibilidade de os indivíduos serem de fato sujeitos da sua história, de realizarem amplamente as suas múltiplas potencialidades, só é realizável em uma sociedade que tenha superado o capitalismo (TONET, 2004, p.201).

Acreditamos que a questão não é tão simples assim, pois pensar em formar o homem em uma proporção onilateral recai em uma nova proposta de sociabilidade humana. A partir dessa percepção coadunamos também com o pensamento de Mészáros (2005) quando nos ensina que “[...] pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital (MÉSZÁROS, 2005, p.9). Romper com as bases alienadoras da sociedade nos pressupõe a construção de algo novo, mesmo que para isso tenhamos que ter na memória a velha ordem do capital.

3. Algumas Considerações

A luz dessas questões discutidas acima nos parece que urge a necessidade de compreendermos um pouco mais a apropriação desse discurso intelectualizado que a classe burguesa industrial tem apropriado-se nesses últimos anos para recompor a ordem capitalista.

No Ceará a constituição hegemônica da classe burguesa industrial a partir dos finais da década de 1980 incidiu de forma severa um modelo neoliberalizante que foi adotado como filosofia na sociedade como um todo.

Dessa forma, o processo de formação da classe trabalhadora jovem e adulta por essa burguesia industrial foi sendo envolvido por uma lógica mercadológica amparada por conceitos muito bem definidos e postos nos espaços fabris. Formar o homem politécnico passou a ser discurso proferido por industriais e funcionários dos espaços laborais, ao qual atrelado a esse conceito uma proposta de trabalhar o homem como um todo. Uma visão onilateral do ser humano. Esses conceitos foram sustentados como verdades absolutas, pelas transformações ocorridas no interior do sistema capitalista com a incorporação de processos produtivos, que possibilitou os setores industriais garantirem uma intensa expansão dos sistemas de produção.

O que nos faz pensar que a base da formação da classe trabalhadora está comprometida no que tange a uma formação que tenha o ser humano como centro e não o sistema capitalista. Na realidade a formação que une instrução e trabalho, teoria e prática, a própria *práxis* em si, é uma formação ausente e quase intocável, que nos parece reposto é o processo de formação em cuja base está a ideologia da classe burguesa industrial. Todavia, Enguita expressa um pensamento interessante, “a educação ou formação apresenta-se em Marx, para empregar a expressão de A. Santoni Rugiu, como um ‘componente inseparável de toda vida do homem’” (1993, p. 99).

5- Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2005.

ABU-EL-HAX, Jawdat. Classe, onde a administração pública no Ceará. In. PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria. **A era Jereissati: modernidade e mito** 1. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 202.

BRUNO, Arthur. Airton de Farias. Demétrio Andrade. **Os Pecados Capitais do Cambeba**. Editora Expressão Gráfica. 2002.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.

CEARÁ. Governo Tasso Jereissati. **Plano de mudanças**. Fortaleza: IOCE, 1987.

ENGUIITA. Mariano Fernández. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre. Artes Médicas, 1993.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social-capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2005.

NOBRE, Geraldo da Silva. **O Processo histórico da industrialização do Ceará**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: FIEC, 2001.

PAIVA, Vanilda. **Transformação Produtiva e Equidade**. Editora Papyrus.1994

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1989.

SOUSA JUNIOR, Justino. **Politecnia e Onilateralidade em Marx**. Revista do NETE, ago/dez de 1997, n.2, p.137-54

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí: 2005.

ⁱ Tasso Ribeiro Jereissati nasceu em Fortaleza no ano de 1947, sendo filho do senador Carlos Jereissati, figura que exerceu intensa atividade política no Estado nas décadas de 1950-1960 como presidente do velho PTB. Com a morte precoce do pai em 1963, o "galeguinho" mudou-se para o centro-sul do país, formando-se em administração na Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). Tasso era então um dos homens mais ricos do Ceará, dono de uma holding que envolvia shopping centers (Iguatemi), hotéis, moinhos, agroindústrias, fábricas de bebidas (Coca-cola) etc. Em abril de 1986 ingressa no PMBD a convite de Mota, que, na prática não passou de um trampolim para que os "jovens empresários" conquistassem o comando do Estado — tanto que depois, "Totó" seria totalmente renegados pelos "meninos" do CIC.

ⁱⁱ O documento “Ceará, Plano das Mudanças”, tem como metas governamentais as seguintes: “o fortalecimento da base econômica, a expansão do mercado interno, viabilizado a partir da incorporação de grandes massas da população a níveis de renda mais elevados; a universalização do acesso de todas as crianças à escola básica e de toda a população carente aos serviços essenciais de saúde e saneamento; a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população através da compatibilização do desenvolvimento econômico com a utilização dos recursos naturais; a adequação da produção científica e tecnológica, às reais demandas da comunidade em termos de técnica de produção; a dinamização da cultura cearense para o afloramento de suas diversidades étnicas, sociais e regionais, a redução dos desequilíbrios espaciais e econômicos e intervenção nos centros urbanos de forma a garantir melhorias nas condições de vida da população e o aproveitamento do potencial turístico no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Ceará e a modernização da administração pública estadual, transformando-a em agente propulsor importante do processo de mudança estrutural da economia e da sociedade cearense” (CEARÁ, 1987, p. 45)

ⁱⁱⁱ O governo de Tasso desenvolve uma agressiva política fiscal, atraindo capitais nacionais e estrangeiros. Para as indústrias, o governo financia os terrenos, garante a infra-estrutura e oferece isenções de impostos; as empresas têm isenção de 75% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por seis anos se estiverem instaladas na região metropolitana de Fortaleza; por 10 anos, a partir de 40km; por 13 anos, depois de 300 km e por 15 anos a mais de 500km da capital. Nessa fase foram implantadas as seguintes empresas: grupo Vicunha, grupo Gerdau e Artex (FARIAS 1997, p. 266).

Co-autor: Raimundo José de Paula Albuquerque
Doutorando em Educação Brasileira – UFC;
e-mail: albuca@fortalnet.com.br